



15 de abril de 2020

Manifesto da Corrente Proletária na Educação

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

Governos aproveitam a pandemia para impor o Ensino a Distância

Em defesa do ensino presencial, público e gratuito

15 de abril de 2020

Com o coronavírus, os governos têm imposto uma série de medidas de ataque às condições de vida da maioria explorada. Se já não bastasse a aprovação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, o momento atual tem sido utilizado para destruir ainda mais os direitos trabalhistas, a exemplo da Medida Provisória 936, que permite a suspensão do contrato de trabalho e a redução da jornada e dos salários, por até três meses. No caso da Educação, várias têm sido as ações contrárias aos interesses dos estudantes e dos trabalhadores, que vão além da ofensiva sobre os empregos e salários, como o avanço da propaganda do *homeschooling* e a intensificação do uso do Ensino a Distância (EaD).

O EaD é uma modalidade que os governos, até então, sempre tiveram dificuldade para impor na Educação Básica, em função da resistência dos educadores, bem como de outros fatores. Sabe-se, citando apenas alguns exemplos, que milhões de jovens no país necessitam a merenda para se alimentar, muitas famílias dependem da escola para deixar seus filhos enquanto trabalham, cerca de 1/3 da população não tem acesso à internet etc. Enfim, existem muitos obstáculos concretos que demonstram que a função social cumprida pela escola vai além do acesso aos “conteúdos pedagógicos” e que a implantação do EaD, embora bastante cobiçada pelos capitalistas, encontra barreiras na própria realidade.

E por que é tão cobiçada? De maneira geral, a sua implantação permitiria uma redução drástica de recursos financeiros do Estado e dos patrões (no caso da rede privada), precarizando as relações de trabalho e reduzindo o número de docentes, principalmente no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. Não à toa, essa orientação consta da reforma do ensino médio/BNCC. Certamente, a venda de “conteúdos”, bem como de plataformas digitais e toda a parafernália associada, constitui um filão que faz brilhar os olhos dos gigantes monopolistas do setor, sedentos por ampliar seus lucros.

Por outro lado, haveria outras vantagens em sua aplicação, como o controle ideológico e o esvaziamento dos movimentos organizados de estudantes, professores e funcionários, aspectos relevantes para os setores mais reacionários e

obscurantistas, como o “movimento” Escola Sem Partido. Por fim, não custa repetir um ponto já batido: à burguesia basta que a juventude oprimida aprenda na escola o suficiente para que se constitua em força de trabalho abundante e barata.

Como se vê, seriam muitos os prejuízos para os explorados com a implantação do EaD. Com certeza, é possível elencar outros não citados acima. O grande problema é que agora, com a vigência da orientação de isolamento social, está se abrindo uma brecha favorável à sua expansão, o que significa que os governos e patrões estão com as mãos livres para avançar em seu antigo plano de destruição do ensino presencial. O principal elemento responsável por essa abertura é a ausência de luta coletiva por parte dos que estudam e trabalham, fruto da política de colaboração de classes empunhada pelas burocracias sindicais e entidades estudantis.

Em vários estados, governos de distintos partidos, do PSDB ao PT, estão adotando o EaD. O que indica uma convergência de interesses, ditados pela burguesia. Nota-se que se constituiu uma unidade que vai do governo federal aos governos estaduais e municipais em aplicar medidas que sacrificam as condições de vida, trabalho e educação da maioria da população.

O caso da Educação Municipal de São Paulo ilustra bem a situação. O prefeito Bruno Covas/PSDB publicou, no dia 8 de abril, uma Instrução Normativa (IN N° 15/2020), que impõe o EaD, a ser aplicado após o recesso escolar antecipado. A medida contém dois pontos principais: 1) disponibilizar conteúdos pedagógicos aos estudantes, por meio de material impresso que será entregue via correio e 2) oferecer acesso a uma plataforma online, que os professores precisarão alimentar com atividades complementares e que será empregada para os estudantes tirarem dúvidas acerca dos conteúdos disponibilizados.

São inúmeros os problemas que esta medida gera. A primeira está relacionada à elaboração desses materiais, que até então ninguém sabe exatamente de quem é a autoria. O secretário municipal de Educação, Bruno Caetano, anunciou na mídia que foi confeccionado pelos próprios pro-

fessores da rede, embora não o tenha comprovado. O que nos indica que, provavelmente, esteja escondendo a parceria com assessores alheios à rede, possivelmente ligados a fundações privadas. Nem precisa dizer que a imposição de material pedagógico de maneira vertical, sem vínculo com a necessidade dos estudantes, além de ser uma intervenção pedagogicamente perniciosa, coloca em risco a já restrita autonomia que as escolas possuem no desenvolvimento de seus projetos.

O objetivo é, claramente, substituir os “projetos” hoje desenvolvidos pelos professores da rede por plataformas digitais, que poderão ser, a princípio, gentilmente “doadas”, a exemplo da disponibilização aos servidores do pacote Microsoft Office 365 ou do oferecimento da plataforma digital da Google, que agora deverá ser utilizada para “completar” os conteúdos dos Cadernos “Trilhas de Aprendizagem”.

Outra questão, que não diz respeito diretamente aos trabalhadores da educação, mas que não pode deixar de ser considerada, é a ampliação da exclusão social dos estudantes. Como já dissemos acima, as pesquisas apontam que muitos sequer têm acesso à internet, fato obviamente agravado pela crise econômica, com o aumento do desemprego e subemprego, fazendo sobrar menos dinheiro às famílias para a compra dos pacotes de dados. Aliás, é abominável a lembrança da enorme dificuldade dos miseráveis para garantir a alimentação diária e para pagar as contas de água, luz e aluguel. Nesse sentido, falar em “garantia de aprendizagem” por meio do EaD chega a ser criminoso.

Diga-se de passagem, questão da aprendizagem em si merece um aprofundamento. Apesar do apelo “modernizador” que a proposta do EaD traz ao imaginário popular, o que ela oferece é tão somente a reprodução dos métodos cavernários já aplicados. Com o EaD, o processo segue sendo repetitivo, memorístico e desvinculado da vida. Na verdade, é muito pior, pois aprofunda o divórcio entre sujeito e objeto do conhecimento, isto é, entre nós e o mundo em que vivemos, além de alimentar o nocivo individualismo entre os jovens, indo na contramão da necessidade, uma vez que está mais do que comprovado que o conhecimento da realidade é um fenômeno essencialmente coletivo.

Isso significa que, mesmo que houvesse acesso pleno aos recursos tecnológicos, não haveria nenhuma garantia de aprendizagem. A crise da Educação não se circunscreve à aplicação do EaD, nem é resultado da pandemia. A falência do ensino tampouco pode ser entendida como reflexo da falta de verbas, não é um problema de gestão, nem de “modelo”. Nada disso. O problema está relacionado à impossibilidade - na época do capitalismo imperialista, que é de decomposição e de avanço da barbárie - de um amplo florescimento da ciência e das forças produtivas em geral. Há uma crise estrutural, marcada pela colossal contradição entre a potencialidade das forças produtivas e as relações monopolistas de produção, as quais atuam como uma camisa de força, impedindo a humanidade de avançar. É a propriedade privada dos meios de produção, portanto, que,

diante do fenômeno da superprodução, impõe um freio ao desenvolvimento científico. É assim que o marxismo há muito explicou o problema.

É extremamente importante salientar esse aspecto, pois se trata de uma premissa material inteiramente negligenciada pelas esquerdas em geral, inclusive por aqueles que se reivindicam marxista. A esquerda reformista e centrista faz uma concessão de essência ao EaD, colocando apenas alguns reparos na forma como os governos o têm aplicado, exigindo, por exemplo, que se forneçam as condições técnicas necessárias a todos, ou que os conteúdos sejam “socialmente referenciados” etc. É desse modo que as direções do movimento de massa no país têm tratado a questão! Além de não organizarem a resistência coletiva, seguindo fielmente a orientação de “isolamento social” ditada pela burguesia imperialista/OMS, se negam a se chocar abertamente com essa excrecência do capitalismo que é o EaD.

Para dar um exemplo, vale seguir com o caso do município de São Paulo. A direção majoritária do SINPEEM (sindicato dos trabalhadores da Educação municipal), com o vereador Cláudio Fonseca (Cidadania/ex-PPS) à frente, não apenas tem se adaptado ao isolamento social, como se manifestou favorável à utilização do EaD como medida “emergencial”, disfarçando essa posição miserável com a defesa demagógica do ensino presencial “como princípio”. A cereja do bolo foi a reivindicação de que não houvesse pressão ou punição àqueles que não conseguirem cumprir as medidas impostas pela referida Instrução Normativa. Quanta hipocrisia! Depois de ver a direção do sindicato, que deveria defender a educação pública, se prostrar diante do ataque governamental, como os trabalhadores poderão se confrontar com a medida? Individualmente? Todos sabem que não é possível e que, caso alguém ouse, o governo virá com certeza com as “pressões” e “punições”.

A Corrente Proletária na Educação/POR denuncia, franca e abertamente, aos trabalhadores a tremenda hipocrisia das direções sindicais. Caracterizamos a atitude imobilista destas como uma traição aos explorados e uma concessão às pressões empresariais sobre o ensino público. Lutamos pela reversão desse imobilismo, conclamando os trabalhadores a resistirem coletivamente, com o método da ação direta, ao conjunto dos ataques da burguesia, o que passa pela rejeição integral do Ensino a Distância e combate à ofensiva privatizante. Está colocada a defesa de um sistema único de ensino, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado por quem estuda e trabalha. Os sindicatos devem impulsionar uma luta conjunta, formando os comitês nos bairros e convocando assembleias em todo o país. É urgente aprovar uma forte campanha nacional de boicote à implementação do EaD, além de apontar um plano de emergência de resposta às crises sanitária e econômica. Esse combate deve partir das bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos, fazendo a ponte entre esse programa e a luta mais geral contra o capitalismo, em defesa de um governo operário e camponês.